

Lazer e mercado¹

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto²



o aceitar participar desta mesa-redonda, decidi que minha alternativa seria discutir observações gerais e pontuais que cumprissem a função de reconstruir o cenário do lazer e o mercado em nossa sociedade, a partir de observações e desafios extraídos de minhas experiências e estudos que podem, a meu ver, servir de medida da complexidade e da extensão do assunto aqui tratado.

A primeira observação nesse sentido é de que a temática em questão constitui uma das abordagens de maior destaque hoje no campo do lazer, cada vez mais enfatizada nas últimas décadas com a consolidação do capitalismo na nossa sociedade.

É importante observar que essa reflexão se faz a partir de um lugar, de um tempo de transição no mundo do trabalho e do lazer, tempo que requer o nosso reaprender a perguntar sobre o cotidiano. Período de avanços tecnológicos, de neoliberalismo, de globalização da economia, de delineamento de uma terceira revolução industrial e, ao mesmo tempo, momento histórico que enfrenta sérios problemas em relação à sobrevivência dos povos e a uma vida digna e justa para a nossa população.

Nesse contexto, fala-se cada vez mais em lazer. Como analisa DUMAZEDIER (1994), o lazer é fenômeno nascido da extensão do tempo livre pela redução do tempo de trabalho, provocando a criação de um novo modo de vida nas camadas das classes sociais privilegiadas. Esse modo de vida, difundido pela indústria cultural, pouco a pouco, disseminou-se entre todas as classes da sociedade urbana.

1 Texto produzido para participação na mesa-redonda *Lazer e mercado*, integrante do programa do Seminário: *O lazer em debate*, promovido pelo CELAR/UFMG em março de 2000.

2 Professora de Educação Física pela UFMG. Mestre em Educação Física: Recreação/Lazer pela Unicamp. Doutoranda em Educação pela UFMG. Membro do CELAR/UFMG.

Email: leilamp@gold.com.br

Desenhado como fenômeno sociocultural-histórico da sociedade capitalista, o lazer nasceu da luta de trabalhadores por espaços de tempo disponível e privilegiado para a vivência do lúdico. Momento de gozar a vida representa espaço de luta pela sua qualidade, atraindo o investimento cada vez maior do mercado neste setor.

Um segundo aspecto a observar é que o *trabalho impõe a necessidade do lazer que gera "promissor" mercado*.

Vivemos o tempo de obrigações cada vez maiores, principalmente as obrigações do trabalho. Cada vez temos menos tempo disponível para o lazer – uma das condições fundamentais para a própria definição do lazer, como diz MARCELLINO (1987).

A vida moderna, em especial nas grandes cidades, tem imposto a todos desafios complexos, dada a rapidez com que ocorrem mudanças socioculturais, impondo-lhes a todos uma ágil adaptação a elas.

Nesse contexto, a flexibilidade está em alta e com ela a reatualização de valores sobre a ótica da empresa/organização, dando ênfase à capacidade de mudança de hábitos arraigados.

Diante disso, o mercado responde de modo especial: vivemos tempos de lazer 24 horas; tempo da alta da indústria do entretenimento. Valoriza-se o lazer como mercadoria que gera demandas diversas do mercado, sustentadas pelos desejos do capital. Há crescentes investimentos no lazer por parte do setor privado, mercadorizando corpos, desejos e conteúdos culturais. Ao mesmo tempo, definem-se novos problemas sociais.

O lazer, como uma das mais valiosas mercadorias da sociedade capitalista, precisa ser compreendido no bojo do conflito de interesses do capital – infraestrutura industrial – e do trabalho – consumo coletivo (VALLA, STOTZ, 1991).

A partir daí, um terceiro ângulo a ser observado nesse cenário mostra um *mercado ágil que infere nas relações do trabalho e do lazer*.

Recorrendo a vasta bibliografia, ARAÚJO (1999) argumenta que a situação atual é marcada pela instabilidade de mercado e, conseqüentemente, das qualificações requeridas. As oscilações das demandas do mercado têm imposto às empresas, às organizações e às pessoas um movimento sem fim. Há uma busca de mobilização das capacidades humanas para gerar crescentes ganhos. Isso vem requerendo contínua reestruturação do modo de ser das pessoas sob a lógica do capital.

Analisando as condições do trabalho, OFFE (1990) enfatiza como a geração de posturas e atitudes economicamente úteis é cada vez mais valorizada como necessária à adaptação da força de trabalho às situações de produção em vigor.

Com isso, novas demandas de qualificação dão grande destaque a um leque considerável de qualidades humanas, e novos atributos pessoais hoje são considerados condições para que os profissionais se ajustem à estrutura organizacional demandada hoje pelo mundo do trabalho capitalista: iniciativa, espírito de equipe, comunicação, criatividade, sociabilidade, disposição para aprender, curiosidade, disciplina, motivação, responsabilidade, autonomia, empreendedorismo, capacidade de se adaptar e de gerar mudanças, cooperação, competitividade, decisão e tantas outras. Com isso, sobretudo, busca-se o controle cada vez maior do trabalhador.

A flexibilização, atributo solicitado ao trabalhador (BETA, 1995), é fortalecida pela “cooperação” que, em geral, gira em torno dos interesses da própria empresa/organização. Há uma “cooperação” na qual, nesse sentido, aprende-se a fazer o que é “certo”, esquecendo-se dos interesses contraditórios, de memórias e saberes envolvidos na ação. “Cooperação” entendida como capacidade de agregar novas tarefas às responsabilidades já determinadas e mais trabalho para atender às flutuações da demanda, que caracteriza o mercado competitivo.

Sob o discurso da “cooperação”, há a cooptação dos trabalhadores e a relação afetiva passa a ser valorizada como elemento importante da produção.

Como uma das conseqüências desta situação, e sob o discurso mais evidente da qualidade de vida, valoriza-se a vivência lúdica como precioso meio de motivação para o trabalho e para a intensificação do ritmo do trabalho. Mas o que isso representa?

Ainda é pouco discutido entre nós a questão da qualidade de vida no seu sentido mais amplo, como o fazem a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (AGENDA 21), que definiram, para tanto, requisitos básicos como: ambiente físico limpo e seguro; ecossistema estável e sustentável; alto suporte social, sem exploração; satisfação das necessidades básicas do indivíduo; acesso a experiências, recursos, contatos e interações; economia local diversificada e inovadora; respeito pela herança biológica e cultural.

Como o lazer se insere no conjunto destas demandas? Como o mercado vem se comportando em relação ao lazer e a tais demandas?

. No sentido da concretização do lazer como um dos requisitos básicos à qualidade de vida, a discussão em torno do futuro de nossa sociedade sempre evoca tons pessimistas.

Vejo, por exemplo, que do conjunto das relações aqui tratadas resultam amontoado de experiências – algumas delas auto-intituladas inovadoras – que, sem conseguir nem mesmo perceber os impasses desse processo, criam normas e programas que “mecanicamente” focalizam o lazer de modo descolado da vida cotidiana, levando-me a questionar: *Mudanças são possíveis neste contexto?*

Há que se perceber o esforço empreendido por pessoas, instituições e segmentos com o propósito claro de tomar a complexa natureza dessas relações e buscar superar o desafio advindo da situação aqui desenhada.

Nas mais promissoras discussões podemos encontrar a valorização da competência humana, dialeticamente considerada. Lidamos com a construção de nova história, coletivamente responsável e economicamente sustentável, que, como nos fala DEMO (1995), depende de competência técnica (que precisa avançar da experiências tecnicista e competitiva que ganharam força com o capitalismo) coerente com a nossa competência política (definição clara de nossos fins), que tem, a meu ver, seu centro na ética.

Em nosso meio, alarga-se a consideração de que o mercado emergente vai dar preferência às relações éticas que respeitem seus empregados, comunidades e clientes, dando a todos oportunidades iguais. A responsabilidade social faz parte enfaticamente deste discurso, no entanto é preciso lembrar que uma atitude socialmente responsável depende de valores reais – coerência de valores e atitudes. É uma forma de ver e perceber as demandas do mercado e compreendê-las crítica e criativamente.

A dimensão educativa voltada à competência política também é manobrada neste contexto. A qualidade educativa das pessoas e o manejo do conhecimento tornaram-se molas-mestres de produtividade e da competitividade, onde a economia neoliberal não busca na educação a face ética, mas apenas o manejo do conhecimento e do mercado.

Ora, a qualidade que buscamos é a da pessoa e não a do capital. Com isso desafios se colocam, como uma vez mais enfatiza DEMO (1995): a mudança mais esperada para o futuro é um tipo de cidadania e de ética que sejam capazes de colocar o mercado a serviço dos direitos humanos, o que significa superar o capitalismo e, naturalmente, reconceituar trabalho e lazer.

Há que se pensar no trabalho e no lazer como espaços por intermédio dos quais os sujeitos busquem interagir e atuar culturalmente, modificando o mundo e a si mesmos, alterando a maneira de perceber e de conviver com a realidade.

GONÇALVES (1996) mostra-nos que se considerarmos trabalho e lazer como geradores de saberes e processos de formação baseada nos princípios da democracia podemos extrair daí uma importante contribuição para a compreensão e a transformação da realidade.

Ao colocarmos os significados do trabalho e do lazer identificados com a qualidade social, elemento-chave na luta por direito de todos à qualidade de vida, recuperamos o seu sentido histórico-cultural, sociopolítico e ético. Nesse sentido, como meio de compreensão e de busca de alternativas para a transformação da realidade, nas relações entre trabalho e lazer, tomamos consciência de contradições, problemas, valores e dilemas, dos aspectos negativos e também dos modos de resistência e de superação dos limites que abrem espaços para ampliação do tempo disponível para o lazer como momento privilegiado de vivência lúdica.

É, pois, enganoso pensar que o lazer é alienante da problemática social. O desejo da conquista lúdica, necessariamente, leva o sujeito a desvelar condições possíveis de realização em meio às barreiras à sua volta. Leva-o a administrar os conflitos não para abafá-los ou maquiá-los, mas para desvelar suas resistências.

O lazer, portanto, na maneira como aqui é discutido, exige tomada de consciência em relação às contradições do cotidiano e à humanização das relações fundada na ética lúdica, mantendo interfaces com a busca da saúde, da educação, da socialização, da cidadania e das relações de trabalho.

É nesse prisma que coloco a discussão das qualidades pessoais e o seu maior desafio – a ética lúdica constituída conscientemente, tema que tratei no primeiro exemplar da *Revista Licere* (PINTO, 1998). Isso pressupõe a unidade entre fazer e pensar – críticos e criativos ; compreensão e transformação da realidade; apropriação do desejo, da curiosidade, do processo e do produto do lazer fundado nos valores do prazer conquistado pelo exercício da liberdade. Falando de outro modo, a qualidade lúdica representa a busca do prazer pelo exercício da liberdade ao lidar com desafios, com o tempo, ao ocupar espaços, ao recriar objetos, materiais e relações com as pessoas e o meio ambiente.

É possível repensar a relação lazer e trabalho por esse caminho? Creio que sim. Uma experiência nesse sentido, que venho acompanhando de perto,

acontece na cidade mineira de Betim, na sua segunda gestão da Frente Popular da Prefeitura Municipal dessa cidade. Essa experiência foi iniciada em 1996, na sua Secretaria de Administração, por meio da implantação do *Projeto Lazer no Trabalho*, e que desde 1999 vem sendo construída também na Secretaria de Esporte Lazer e Turismo desta municipalidade.

Nessas experiências articulam-se conhecimentos, consciência e parcerias, buscando elementos para conduzir a mudanças de atitudes e formas de lidar com o trabalho e o lazer. A base dessas vivências está na participação coletiva, na integração social, na diversificação cultural, na valorização da cultura local e dos saberes das pessoas, na diversificação dos gêneros de participação, na conscientização, interdisciplinaridade e na autonomia.

No caso de Betim, os interesses dos servidores e da população vêm sendo considerados básicos para a tomada de decisões políticas no campo do lazer. Isso gera um permanente repensar do significado das ações, das formas de organizá-las, das relações estabelecidas entre todos os envolvidos: os servidores, os administradores, os líderes que atuam nos diferentes níveis e toda a população betinense.

Experiências dessa natureza revelam possibilidades de mudanças que nos estimulam a continuar investindo na educação pelo e para o lazer, como base para compreendermos as relações deste com o mercado e com a vida.

E você, o que pensa a respeito do que cenário desenhado aqui?

Referências Bibliográficas

- AGENDA 21. Brasília: Senado Federal, 1996.
- ARAÚJO, R. M. de L. As novas “qualidades pessoais” requeridas pelo capital. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 5, p.18-35, jan./jul. 1999.
- BETA. *Identificação, recrutamento e seleção de recursos humanos*. São Paulo, 1995. (Catálogos).
- DEMO, P. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- DUMAZEDIER, J. *A revolução do tempo livre*. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

GONÇALVES, F. dos S. *O conhecimento articulado ao trabalho e à vida*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1996 (Tese, Doutorado em Educação).

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 1987.

OFFE, C. Sistema educacional, sistema ocupacional e política de educação; contribuições à determinação das funções sociais do educacional. *Educação e Sociedade*, São Paulo, Vértice, n.35, 1990.

VALLA, STOTZ. *Participação popular e saúde*. Petrópolis: CDDH/CEPEL, 1991.

PINTO, L. M. S. de M. Lazer: concepções e significados. *Licere*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 18-27, 1998.